



PSD p.5

Reunião anual  
das estruturas representativas  
do PSD na Europa



PSD p.8

“Trata-se da contribuição  
que cada Português pode dar  
para o nosso futuro”

# POVO LIVRE



nº 1771

27 de fevereiro de 2013

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## Contactos bilaterais importantes com a cúpula governativa da Áustria



O Primeiro-Ministro em visita oficial à Áustria

PSD p.12

Governo “está determinadíssimo” em combater a  
exclusão social, garante Marco António Costa

Parlamento p.13

“A democracia sabe ouvir e nunca impede de falar”

# Executivo “nunca se deixará condicionar por acções desta natureza”

O Primeiro-Ministro lamentou e repudiou, no dia 19, em nome do Governo, as manifestações que impediram Miguel Relvas de discursar, garantindo que o executivo “nunca se deixará condicionar” por acções desta natureza.

“O Governo lamenta as circunstâncias anómalas que levaram o ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares a suspender esta tarde a sua intervenção numa conferência organizada pela TVI para assinalar o seu vigésimo aniversário”, refere uma nota do gabinete do Primeiro-Ministro.

De acordo com o texto, “manifestações como aquela a que se assistiu nas instalações do ISCTE suscitam necessariamente o repúdio da parte de todos quantos prezam e defendem as liberdades individuais, designadamente o direito à livre expressão no respeito pelas regras democráticas”.

“O Governo reitera, nesta ocasião, que nunca se deixará condicionar por acções de natureza semelhante no exercício constitucional das suas funções”, refere a nota do gabinete de Pedro Passos Coelho. – Fonte: Lusa



# Conselho de Reitores reúne com o Primeiro-Ministro para a assinatura de um protocolo sobre financiamento universitário

O Primeiro-Ministro reuniu-se com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, no dia 19, na residência oficial em São Bento, para a assinatura de um protocolo que interessa a governação universitária.

Pedro Passos Coelho, durante a reunião, defendeu que deve ser dada “prioridade” à atribuição de apoios reembolsáveis, sobre a concessão de subsídios a fundo perdido, isto no âmbito do próximo orçamento plurianual da União Europeia.

“Pretendemos destinar uma parte importante deste financiamento para as pequenas e médias empresas, que são o sustentáculo da criação de emprego no País, mas queremos também introduzir uma lógica diferente da utilização dos fundos, passando a dar prioridade aos apoios reembolsáveis e menos aos subsídios a fundo perdido”, afirmou Passos Coelho.

“Evidentemente, quando os fundos são atribuídos a fundo perdido, há uma sensação de não-custo do financiamento e, como tudo o que é demasiado barato, acessível ou gratuito, muitas vezes não obedece a um critério de exigência quanto ao impacto que esses fundos podem vir a ter na nossa economia”, defendeu.

Por seu lado, o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) classificou como “uma prova de grande confiança”, o protocolo assinado entre o Governo e as universidades, que pretende dar fundamentação “técnica e científica” à utilização de fundos comunitários.

“Esta é uma grande prova de confiança que o Governo nos transmite e muito nos honra. Penso que é efectivamente a primeira vez que, de uma forma tão explícita, existe esta parceria entre o Governo e as universidades, e é um ato que honra também o Governo e o senhor Primeiro-Ministro”, disse o presidente do CRUP, António Rendas, na cerimónia de assinatura do protocolo (que decorreu – como dissemos acima - ao final da tarde, na residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento)

O protocolo, que não foi distribuído aos jornalistas, é, na opinião de António Rendas, “um gesto inovador”, não só por ser a primeira vez que se define em Portugal uma parceria a este nível entre o Estado e as universidades, algo que “na União Europeia é relativamente frequente”, mas também por “mobilizar as universidades para mobilizar o país”.

Perante o primeiro-ministro e o ministro da Educação



e Ciência, Nuno Crato, o presidente do CRUP sublinhou que as universidades “estão conscientes” da necessidade de trabalharem em grupo, algo a que não estão habituadas não só com os parceiros nacionais institucionais, como autarquias, empresas e organismos governamentais, mas também com os parceiros internacionais e a sociedade em geral.

“Só assim vai ser possível responder ao desafio de fazer melhor com aquilo que foi negociado com tanta dificuldade em Bruxelas”, defendeu António Rendas, frisando ainda o “enorme desafio relacionado com o desenvolvimento regional”.

Por seu lado, Passos Coelho destacou que, com este protocolo, o Governo vai poder recorrer aos “recursos e competências muito valiosos” das universidades portuguesas, para “certificar a consistência e a coerência das opções políticas que o Governo tomará quando fizer a negociação em Bruxelas”, relativa à utilização dos cerca de 29 mil milhões de euros, em fundos comunitários destinados a Portugal, no âmbito do quadro de financiamento para 2014-2020.

“Muitas vezes utilizámos fundos no passado que não tiveram o impacto positivo que nós esperaríamos. Esperamos evitar repetir esses erros”, declarou Passos Coelho, garantindo que, nesta avaliação prévia das medidas a apresentar em Bruxelas, se obtém não só coerência, como também “um bom quadro de articulação dos programas e das políticas”.

O Primeiro-Ministro disse ainda que, “salvaguardando a autonomia e a independência” das universidades, o Governo espera que esta parceria resulte numa “avaliação transparente” das medidas, antes mesmo de serem executadas, e que forneça bases sólidas ao crescimento da economia e à criação sustentada de emprego. – Fonte: RTP 1, DN



## Primeiro-Ministro em Viena

# Contactos bilaterais importantes com a cúpula governativa da Áustria

O Primeiro-Ministro deslocou-se no dia 21 a Viena para uma breve estadia que incluiu contactos bilaterais com o chanceler e o presidente da Áustria, uma ida à ópera e uma visita a um programa de ensino dual.

Ao fim da tarde, Pedro Passos Coelho assistiu, a convite do Governo austríaco, à ópera de Verdi "Simão Bocanegra". Seguiu-se um jantar, com o chanceler Werner Faymann, socialista que lidera o governo austríaco (em 'bloco central' com os socialistas do SPÖ e os democratas-cristãos do ÖVP).

Na manhã de sexta-feira, Passos Coelho e Faymann visitam um instituto de ensino vocacional em Viena – uma oportunidade para os dois primeiros-ministros discutirem o sistema de ensino dual na Áustria.

No sistema educativo austríaco, os estudantes podem optar por uma via mais académica e teórica ou por um percurso mais prático. Este sistema tem algumas semelhanças com o alemão, cujas virtudes o ministro da Educação, Nuno Crato, gabou recentemente.

Passos Coelho e o chanceler austríaco tiveram depois um encontro a sós, a que se seguiu uma conferência de imprensa e antes de regressar a Lisboa, Passos Coelho teve ainda um encontro com o Presidente austríaco, Heinz Fischer.

De acordo com uma fonte do gabinete do primeiro-ministro português, os objectivos desta deslocação à Áustria são idênticos ao de outras já feitas na Europa por Passos Coelho, para reforçar os contactos bilaterais com os chefes de Estado e de Governo e discutir o futuro da União Europeia.

A resposta europeia à crise financeira foi, assim, um dos temas abordados por Passos Coelho nos seus encontros com Faymann e Fischer.

A este respeito, a Áustria tem alinhado as suas posições com as da Alemanha. O Governo de Viena defende um aumento da responsabilidade orçamental dos países-membros do euro, embora assumindo menos protagonismo na promoção de políticas restritivas que países do Norte da Europa como a Holanda ou a Finlândia.

"Não queremos pagar os empréstimos dos nossos vizinhos", disse no ano passado Maria Fekler, ministra das Finanças austríaca (conservadora), embora ressalvando que o seu Governo acredita empenhadamente no projecto do euro.

A Áustria foi dos países da zona euro que melhor resistiu à crise financeira. O sistema bancário austríaco foi afectado pela sua elevada exposição à dívida de países da periferia europeia (particularmente a Itália). No entanto, a taxa de desemprego da Áustria era em 2012 a mais baixa da Europa (4,5%), e a União prevê que a economia austríaca volte a expandir-se este ano, embora moderadamente (0,9%).

As relações comerciais entre Portugal e a Áustria são relativamente pouco significativas no contexto da economia dos dois países. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), as exportações portuguesas para a Áustria ascenderam a 255 milhões de euros em 2012 – a Áustria é apenas o 25.º maior cliente de produtos portugueses.

A comunidade portuguesa na Áustria é também muito reduzida, ao contrário do que acontece em países vizinhos, como a Alemanha ou a Suíça. Segundo os dados mais recentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, estão registados pouco mais de 1500 cidadãos portugueses na Áustria.

O Primeiro-ministro chegou a Viena ao fim da tarde de dia 21 e encontrou-se com o chefe do Governo, Werner Faymann, seguindo de imediato, na companhia do chanceler austríaco, para a Ópera de Viena. Os dois governantes assistem à ópera de Verdi "Simão Bocanegra", e tiveram, depois um jantar fechado à imprensa.

No dia 22, o Primeiro-Ministro concluiu a sua breve



permanência em Viena, com a visita a um programa de ensino dual e um encontro com o chanceler e o Presidente da Áustria, cujo principal tema foi a crise financeira do euro.

Como se sabe, no sistema educativo austríaco, chamado "dual", os estudantes podem optar por uma via mais académica e teórica ou por um percurso mais prático, podendo mover-se entre as duas áreas.

O primeiro-ministro foi recebido em Viena, na quinta-feira à noite, por um grupo de 5 "manifestantes" – se assim se lhes pode chamar, pois não cantaram a "Grândola Vila Morena", talvez por serem poucos para fazer um coro... - mas que o convidaram para uma conversa, o que Pedro Passos Coelho aceitou e durante mais de uma hora, o Primeiro-Ministro escutou críticas de cinco portugueses residentes na cidade e de um sexto, que estuda na vizinha Eslovénia.

Os seis (todos nascidos depois de 1980), como tem ocorrido com frequência nos últimos dias nas intervenções públicas de vários governantes.

Na noite de quinta-feira, enquanto aguardavam que Passos Coelho saísse da Ópera de Viena (onde assistiu à ópera "Simão Bocanegra", a convite do Governo austríaco), os seis jovens "Queríamos convidá-lo para uma cerveja", disseram por trás de um cordão policial.

Perante o nervosismo de assessores e seguranças, Passos Coelho não ignorou o pequeno grupo e dirigiu-se aos seis portugueses. Explicou-lhes que não podia conversar imediatamente com eles, porque tinha um jantar agendado com o chanceler austríaco: "Mas depois disso terei muito gosto em estar convosco", disse.

Passos Coelho sugeriu-lhes que voltassem hora e meia mais tarde. Pelas 23:30 recebeu-os numa sala do hotel Sacher, no centro de Viena.

O diálogo durou mais de uma hora. No final, os membros do grupo disseram à agência Lusa do que tinham falado com Passos Coelho numa conversa "pessoal e directa".

No dia seguinte, na conferência de Imprensa, as manifestações sucessivas contra ministros "não são comportamentos representativos da experiência democrática" portuguesa, disse Pedro Passos Coelho.

Nas últimas semanas, vários ministros foram interrompidos durante intervenções públicas por manifestantes que cantam "Grândola Vila Morena". Durante uma conferência de imprensa conjunta com o chanceler austríaco, Werner Faymann, Passos Coelho foi questionado sobre se estes protestos são representativos do sentimento popular, no que foi, verdadeiramente, um apontamento "à margem".

"São situações que têm tornado, sobretudo num caso específico [o do ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas], mais difícil aos ministros expressar-se. O Governo já disse o que tem a dizer a este respeito", afirmou Passos Coelho.

"Direi apenas que não são comportamentos representativos da nossa experiência democrática ou do que tem sido até hoje o comportamento dos portugueses, que tem sido quase sempre exemplar e maduro, atendendo às grandes dificuldades" que o País atravessa.

"Não se deve confundir a árvore com a floresta", acrescentou o chefe do Governo. E todos os portugueses "distinguem bem o que são comportamentos pontuais e orquestrados, de comportamentos colectivos e representativos".

Na conferência de imprensa, a pergunta mais importante e mais relacionada com a viagem, foi sobre o imposto europeu sobre transacções financeiras, que o Chefe do Governo português considerou "uma resposta equitativa" que permitirá ao sistema financeiro dar um

“contributo adicional”, para compensar as suas responsabilidades pela crise, disse o Primeiro-Ministro.

“A Europa atravessa graves problemas económicos que foram importados da esfera financeira”, disse Passos Coelho e “...houve, de certa maneira, uma socialização dos custos [da crise], que não foram suportados por investidores financeiros”, disse o chefe do Governo. “É justo esperar que possam dar um contributo adicional para os tempos de dificuldade que todos vivemos agora, para ajudar a reparar as injustiças suscitadas pelo processo de recessão económica.”

O chanceler austríaco também destacou o imposto sobre transacções financeiras como um dos “projectos comuns” em que Portugal e a Áustria estão empenhados a nível europeu.

“A crise ainda não acabou. Pode-se ver luz no horizonte, mas temos de fazer

um grande esforço conjunto”. E mais adiante: “Não podemos esquecer que os aspectos recessivos mais grave devem-se a crise que se generalizou em todo o espaço da União Europeia”

Passos Coelho lembrou que “...hoje de manhã, a Comissão Europeia divulgou novas previsões para todo o espaço da União Europeia e em todo o espaço europeu, essas previsões são mais modestas e recessivas que as disponíveis no final do ano passado.”

“Como creio que [o eurocomissário dos Assuntos Monetários] Olli Rehn terá afirmado, isso advém de um segundo semestre e em particular de um último trimestre de 2012 com um desempenho económico mais negativo que o esperado”.

“É essa a razão porque a cada passo se corrigem as previsões. Para Portugal, a correção é imposta pelo contexto europeu. Quer dizer, não há nenhuma razão do ponto de vista da procura interna que implique um comportamento mais negativo da economia.”

A Comissão continua a prever “crescimento positivo” para 2014 em Portugal, e que isso “é importante”.

Passos Coelho reconheceu que “com uma contracção maior da procura externa, será muito difícil atingir os objectivos do défice nominal”.

Mas, para o chefe do Governo, “é mais importante sublinhar que, para a Comissão Europeia e para os mercados, o essencial é “saber se, independentemente dos aspectos relacionados com o ciclo económico, a despesa estrutural do Estado está a aumentar ou a diminuir”.

Ora, no caso português “o défice estrutural tem vindo a diminuir de forma muito significativa, e vai continuar a diminuir”.

Por isso, considera Passos Coelho, o País está “na direcção correcta, não existe necessidade de alterar trajectória, apenas de eventualmente corrigir desvios inesperados, da melhor maneira e sem mais sacrifícios para as pessoas”.

Sobre o método de ensino dual austríaco, Passos Coelho defende-o como “inspiração” para Portugal, elogiando-o e pontando-o com o exemplo, durante a



visita a uma escola vocacional em Viena.

“Durante muitos anos, tivemos a ideia de que todos os cursos deviam desembocar na universidade. Ora, estou convencido de que devemos manter um sistema aberto, para que qualquer jovem possa aceder à formação universitária mas oferecendo-lhe, no em vários momentos do seu percurso, outras alternativas”, disse o Primeiro-Ministro durante uma visita a uma escola do programa “Jugend am Werk” (“Juventude no trabalho”).

A visita foi guiada pelo chanceler austríaco, Werner Faymann e Passos Coelho conheceu jovens que, em vez de seguir uma via académica teórica tradicional, adquirem conhecimentos técnicos em profissões específicas, sem menosprezar assuntos de cultura. O sistema austríaco implica ainda uma relação muito próxima com as empresas, que oferecem estágios ou “aprendizagens” aos estudantes.

“Temos formação profissional em Portugal também, mas não temos um sistema como este que existe quer na Áustria quer na Alemanha, que é conhecido como um sistema dual, em que de forma sistemática existe uma relação directa entre a aprendizagem em torno de profissões e as empresas, o que, desta forma, lhes assegura um nível de empregabilidade muito elevado”,

afirmou Passos Coelho.

“Se os outros têm sistemas melhores do que os nossos, devemos estar disponíveis e inspirar-nos para poder fazer o melhor no sistema de formação que temos”, acrescentou o primeiro-ministro.

Durante a visita à escola vienense, Passos Coelho viu oficinas de carpintaria, electrotecnia e reparação automóvel, e conversou com alguns dos estudantes - em inglês ou através de um tradutor.

Faymann notou que a Áustria é uma das principais fornecedoras de peças da indústria automóvel alemã, e perguntou a Passos Coelho pelo seu carro.

“É francês, tenho um Renault, um Clio”, respondeu o Primeiro-Ministro. Faymann perguntou então ao seu homólogo se os portugueses preferem carros pequenos. “Temos todo o tipo de carros, de todas as marcas e de todos os preços”, respondeu Passos Coelho.

O primeiro-ministro português concluiu, à tarde, a sua visita de 24 horas a Viena. Para além de conhecer a escola dual, Passos Coelho - como se disse acima - teve encontros bilaterais com Werner Feymann e com o Presidente austríaco, Heinz Fischer, antes de regressar a Lisboa.

- Fonte: Lusa

# Reunião anual das estruturas representativas do PSD na Europa

As estruturas do PSD na Europa tiveram a sua reunião anual, no passado dia 23, em Paris, com a presença do 1º Vice-Presidente nacional, Jorge Moreira da Silva, coordenador da CPN e do Secretário-Geral Nacional, José Matos Rosa. Ante esta presença, ao mais alto nível da direcção Nacional do PSD, as estruturas europeias do nosso Partido - compreendendo as principais do círculo da Europa, nomeadamente Paris, Estrasburgo, Lyon, Bordéus, Toulouse, Alemanha, Bruxelas, Espanha, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Reino Unido - recomendam ao Governo, no documento que reúne as conclusões do encontro, que faça "um acompanhamento muito atento dos atuais fluxos migratórios", trabalhando em conjunto "com instituições da vida comunitária".

Esta recomendação, que se lê no último ponto da lista de conclusões, é feita "num momento em que muitos portugueses se vêem obrigados a recorrer à emigração como forma de encontrarem uma saída profissional, o que os torna mais vulneráveis a situações de exploração e a fraudes".

Militantes e eleitos defendem que "importa que o Governo e os serviços consulares saibam trabalhar com instituições da vida comunitária, de forma a apoiarem os casos mais delicados e a divulgarem ao máximo a informação acerca do fenómeno migratório".

No mesmo documento faz-se apelo ao executivo para que "aumente as medidas de promoção da participação cívica e política das comunidades, encontrando acções que dinamizem especialmente a participação dos jovens na vida associativa".

Na abertura da apresentação das conclusões do encontro, o deputado Carlos Alberto Gonçalves afirmou que o PSD "deu oportunidades às comunidades", e que "é chegado o tempo em que as comunidades, as ideias, o trabalho, e as propostas sobre as comunidades saiam das comunidades para Portugal, e não de Portugal para as comunidades".

"Toda a gente comenta, toda a gente fala sobre as comunidades. E, infelizmente, são aqueles que percebem de comunidades, que vivem nas comunidades, que nunca são ouvidos sobre matéria de comunidades em Portugal", acrescentou, saudando as medidas que o Governo tem tomado para aproximar "os portugueses de fora do País".

O deputado deixou ainda um comentário ao valor das remessas enviadas pelos emigrantes para Portugal - que cresceram 13% no ano passado, para 2,75 mil milhões de euros, atingindo o valor mais alto da última década -, criticando a postura dos anteriores governos socialistas em relação às comunidades.

"Nós sucedemos a um Governo que dizia que não precisava dos emigrantes. É normal que - agora que temos um Governo que acredita nos emigrantes, e que tem emigrantes que acreditam no País - as remessas tenham aumentado, independentemente da questão migratória, independentemente da solidariedade histórica", disse.

Em Portugal, concluiu, "os agentes económicos voltaram-se novamente para as comunidades portuguesas".

## Comunidades terão "papel central" na preparação da fase "pós-troika"

### «Não podemos fechar a discussão sobre os grandes desafios, naqueles 10 milhões que vivem no País»

No final do encontro o vice-presidente Jorge Moreira da Silva, afirmou hoje que as comunidades portuguesas pelo mundo terão um "papel central" na preparação do Portugal "pós-troika".

"Este é um momento muito importante para Portugal e para todos os portugueses. Não podemos fechar a discussão sobre os grandes desafios naqueles 10 milhões que vivem [no País]. É cada vez mais importante



pensar Portugal num contexto global, tirando partido das experiências de todos os que não [vivem] em Portugal", afirmou.

As comunidades portuguesas pelo mundo, disse, "terão um papel central" na preparação do período "pós-troika", uma discussão, explicou, em torno da reforma do Estado, da fiscalidade, e do investimento.

Jorge Moreira da Silva afirmou que a importância dos portugueses pelo mundo neste debate se verifica a diversos níveis, a começar pelos debates à escala global: "Temos que olhar para o mundo tendo noção de que há novos riscos, como as alterações climáticas, mas também olhar para as novas oportunidades, como a economia digital, a economia do conhecimento, a economia verde", disse, considerando que as comunidades têm um papel a desempenhar na discussão sobre estes "grandes debates", influenciando-os.

O papel das comunidades, acrescentou, será também importante ao nível do crescimento económico, sobretudo no quadro da criação de "confiança" internacional - a partir "daqueles que trabalham junto das empresas, das organizações não-governamentais" - no país.

"Quem está fora, pode" - sugeriu Moreira da Silva - "ajudar na identificação de boas oportunidades de investimento que existem em Portugal". É importante, defendeu, "que aqueles que hoje têm liquidez para investir em Portugal possam ter o bom conselho dos portugueses espalhados pela Europa e pelo mundo".

E de fora, concluiu, pode também sair uma ajuda para reforçar as exportações, através da "identificação de novos destinos" para vender produtos portugueses.

"Acredito muito na capacidade das comunidades no reforço da confiança e na criação de condições para que Portugal possa vencer", acrescentou.

## Comunicado final do Encontro das estruturas do PSD na Europa

As estruturas do PSD da Europa do Partido Social Democrata, reunidas em Paris a 23 de Fevereiro de 2013, deliberaram:

- 1 Saudar a postura reformadora do actual Governo relativamente às Comunidades Portuguesas, procurando adoptar políticas inovadoras que as aproximem mais de Portugal;
- 2 Constatar e agradecer o modo como as mais diferentes Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo têm sabido apoiar o nosso País no processo de recuperação da nossa economia e de consolidação das nossas finanças públicas. Tal apoio concretizou-se de forma muito clara no significativo aumento das remessas de divisas que em 2012 atingiram o valor de 2.750 milhões de euros, o mais alto da última década.
- 3 Reconhecer o sucesso verificado na nova política de Permanências Consulares que tem permitido levar o serviço consular até quase centena e meia de Comunidades que até aqui viviam significativamente afastadas deste serviço;
- 4 Apoiar genericamente as mudanças em curso na política da língua e cultura devendo destacar as medidas de valorização do Ensino de Português no Estrangeiro que ao longo da última década foi absolutamente ignorado;
- 5 Apelar ao Governo para que aumente as medidas de promoção da participação cívica e política das nossas Comunidades, encontrando acções que dinamizem especialmente a participação dos jovens na vida associativa;
- 6 Recomendar um acompanhamento muito atento dos actuais fluxos migratórios num momento em que muitos portugueses se vêem obrigados a recorrer à emigração como forma de encontrarem uma saída profissional o que actualmente os torna mais vulneráveis a situações de exploração e a fraudes. Importa assim que o Governo e os serviços Consulares saibam trabalhar com instituições da vida comunitária de forma a apoiarem os casos mais delicados e a divulgarem o máximo a informação acerca do fenómeno migratório. - (Assinam os responsáveis das estruturas de Paris, Estrasburgo, Lyon, Bordéus, Toulouse, Alemanha, Bruxelas, Espanha, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Reino Unido)

Ministro da Economia em Londres

## “Portugal é um bom país para investir”

O Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, afirmou que «Portugal é um bom país para investir, e é por isso mesmo que se está a fazer tudo para que tal aconteça, com as reformas económicas», numa declaração na Embaixada de Portugal no Reino Unido, em Londres, durante uma deslocação para contactos com investidores e governantes e para apresentar programas portugueses com interesse para ambos os países.

O primeiro objectivo da viagem foi o turismo residencial - devido à campanha para fomentar a venda de casas a estrangeiros que queiram ter uma segunda residência no País ('Living in Portugal') - tendo Álvaro Santos Pereira sido acompanhado pelo Secretário de Estado do Turismo, Adolfo Mesquita Nunes.

O Ministro apresentou também os programas de privatizações e de concessões, bem como as oportunidades que a partir destes se vão gerar: «Estamos aqui, não só para falar do turismo residencial, mas também sobre a aposta nos sectores industrial, nas tecnologias de informação e comunicação, e na exploração de recursos naturais, no sector mineiro e dos hidrocarbonetos».

Álvaro Santos Pereira realçou a importância da concertação social, pois «o diálogo com os parceiros é fundamental para continuarmos o programa de reformas e conseguirmos voltar a crescer». «A aposta não passa só pela paz social, mas também pelo investimento e pelo emprego». Daqui a importância de se criarem condições para o País voltar a crescer, atraindo investidores internacionais.

«Sem investimento, nenhum programa de ajustamento é bem-sucedido. Portanto, a aposta é crescimento, investimento e emprego», concluiu. – Fonte: Lusa



Ministro das Finanças

## Privatização da ANA

## “mostra que Portugal tem a confiança dos investidores internacionais”

«O resultado é muitíssimo bom e mostra, muito claramente, que Portugal é um país que tem a confiança dos investidores internacionais», afirmou o Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, na cerimónia de formalização do acordo para a venda da empresa aeroportuária ANA Aeroportos de Portugal ao grupo francês Vinci Airports.

Para o Ministro de Estado e das Finanças, Vítor Gaspar, «esta operação representa um contributo importante para a economia portuguesa, tanto directa como indirectamente. De facto, para além do retorno das privatizações, o novo accionista da ANA Aeroportos de Portugal, comprometeu-se com o seu plano de investimento, possibilitando assim a diversificação de fontes de financiamento em Portugal».

Vítor Gaspar referiu ainda que «esta privatização também demonstra a capacidade que o País tem em enfrentar desafios. Esta operação deve ser vista no contexto de um programa de privatização ambicioso, já que integra a nossa agenda de transformação estrutural».

«De acordo com o Banco de Portugal, em 2012, o investimento directo estrangeiro em Portugal ascendeu a quase 7 mil milhões de euros e a maior fatia deste investimento adveio, exactamente, de processos de privatização», afirmou o Ministro de Estado e das Finanças. «Isto significa que, pela primeira vez em mais de uma década, a economia portuguesa obteve um 'superavit'» nesse sector.

Já o presidente executivo da empresa compradora, Nicolas Notebaert, sublinhou a confiança do Governo no grupo francês, acrescentando que a compra da ANA vai permitir à empresa francesa atingir uma dimensão mundial.

O Estado português vai arrecadar 3.080 milhões de euros com a alienação da ANA Aeroportos de Portugal. – Fonte: Portal do Governo



# Diploma de limitação de mandatos “não oferece dúvidas” ao PSD



A deputada social-democrata Teresa Leal Coelho afirmou no dia 22, que a lei de limitação de mandatos tal como está publicada em Diário da República “não oferece qualquer dúvida” porque não altera a interpretação que o PSD sempre fez sobre o diploma.

“O diploma tal como está publicado no Diário da República não merece qualquer dúvida para o PSD. A limitação que está estabelecida na lei 46/2005 esgota-se no plano da renovação sucessiva de mandatos à mesma autarquia”, afirmou.

A deputada e vice-presidente do PSD comentava, em declarações aos jornalistas no Parlamento, a deteção de um “erro de publicação” no texto do diploma que aprovou a limitação de mandatos.

O decreto que foi aprovado pelo Parlamento, em 2005, continha sempre, nos seus artigos, as expressões “Presidente da Câmara Municipal” e “Presidente da Junta de Freguesia”, ao passo que na versão que foi publicada em Diário da República foi substituído o artigo “da” pelo artigo “de”, ficando “Presidente de Câmara” e “Presidente de Junta”.

Teresa Leal Coelho frisou que “a alteração linguística foi feita pela Casa da Moeda, que não é legislador” e esse facto, disse, reforça a interpretação do PSD segundo a qual a intenção do legislador sempre foi limitar a “renovação sucessiva de mandatos” à mesma autarquia.

“Ao sermos notificados de que esta correcção aconteceu, temos, afinal, mais um argumento de interpretação histórica deste diploma no sentido que nós temos vindo a defender, que é a que limita a renovação sucessiva de mandatos à mesma autarquia”, afirmou.

Com a deteção deste erro na publicação da lei, frisou, verifica-se que, no histórico do diploma - aprovação pela Assembleia da República, promulgação pelo Presidente da República, e referenda pelo primeiro-ministro - o artigo usado foi “da” e não “de”.

Teresa Leal Coelho admitiu que o assunto possa ser levado à conferência de líderes e que o PSD está disponível para ser “cooperante” com a posição de outros partidos sobre a questão mas advertiu que o lapso não muda a posição do PSD e até reforça a interpretação que sempre fez da lei. - Fonte: Lusa



Na passada semana, estiveram reunidos, na Sede Nacional do PSD e em trabalho de preparação das próximas Autárquicas-2013, Deputados pelo círculo de representantes (pelo PSD) do círculo de Castelo Branco, Presidente da Distrital e das Concelhias, e Autarcas, com o Secretário-Geral nacional, José Matos Rosa e o 1º Vice-Presidente e Coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva.

Segundas Jornadas de “Consolidação, Crescimento e Coesão”

# “Trata-se da contribuição que cada Português pode dar para o nosso futuro”

Entre os dias 21 e 23, realizaram-se, em 10 distritos de Portugal, as sessões de esclarecimento, que ainda faltavam para completar as Segundas Jornadas de “Consolidação, Crescimento e Coesão” que o nosso Partido organizou no decorrer deste mês.

Assim, em Aveiro, (nos Paços da Cultura) estiveram o Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, o Dep. Couto dos Santos, Hermínio Loureiro (CPN) e Ulisses Pereira (CPD).

No Distrito de Braga, estiveram Alexandre Mestre (SE Juventude), Fernando Armindo Costa, Marco António Costa (Sec. Est. SS) e Paulo Cunha (CPD). A sessão decorreu no Auditório da Associação Industrial do Minho.

Em Santarém, na sala da Assembleia Municipal, foi a vez de Isaura Morais (CPD), Luis Brites Pereira, (Sec. Est. Negócios Estrangeiros) e Luís Morais (Sec. Est. Orçamento).

Fernando Ruas, Autarca, José António de Jesus (CPN), José Cesário (Sec. Est. Comunidades, Mota Faria (CPD) e Pedro Roque (SE Emprego), estiveram em Viseu, no Hotel Montebelo.

Em Castelo Branco, no Auditório da Escola Superior de Educação, compareceram António Carvalho, (CPD), Carlos Costa Neves, (Deputado), Fernando Jorge (CPN) e Jorge Barreto Xavier (Sec. Est. Cultura)

No Auditório do IPJ, em Coimbra, marcaram presença o Deputado José Manuel Canavarro, o Ministro da Saúde, Paulo Macedo e Marcelo Nuno, da CPD.

No Sul, em Faro, no auditório do IPDJ, falaram e prestaram esclarecimentos, Desidério Silva, da CPN, o Sec. Est. da Inovação, Franquelim Alves, José Mendes Bota, Deputado, com uma longa história de serviços prestados ao Algarve, Luis Gomes, da CPD e o Sec. Est. Transportes, Sérgio Monteiro.

Na Guarda, no apropriadamente chamado Hotel Vanguarda, marcaram presença o Ministro da Defesa, Aguiar Branco, Júlio Sarmento, da CPD e o Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira.

No Centro de Portugal, em Leiria, no Hotel Eurosol Leiria & Jardim, deram a sua contribuição Conceição Pereira (CPN), Feliciano Barreiras Duarte (Sec. Estado Adjunto do MAP.), Fernando Costa, da CPD e a Secretária dos Assuntos Parlamentares, Teresa Morais

## Moreira da Silva e Vitor Gaspar encerram as jornadas em Lisboa

O 1º Vice-Presidente do PSD e coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva, encerrou as jornadas de consolidação em Lisboa, na habitual plateia das reuniões do Conselho Nacional, no Hotel Sana, acompanhado pelo Ministro das Finanças, Vitor Gaspar, pela Secretária de Estado da Ciência, Leonor Parreira e por Miguel Pinto da Luz, da CPD.

Moreira da Silva lembrou que «Há muitos vimos defendendo novas funções para o Estado e é importante que este debate seja feito sem qualquer tipo de preconceito ideológico. Há aqui um equívoco, que muitas vezes, alguma esquerda, procura convocar à discussão, atribuindo ao PSD a sua autoria: é a ideia de





que existe aqui, entre nós, nesta ocasião em que as nossas preocupações, que na realidade são abrangentes de todo o tecido social português, têm apenas uma visão ideológica, programática e preconceituosa sobre as funções do Estado»

“Ora” – reafirmou – “isso é de todo em todo falso. Para este debate todos estão convocados sem “parti pris”, porque é um debate que parte da base zero, olhando apenas o futuro de Portugal e a contribuição que cada Português para ele pode carrear, sendo evidente que os militantes do PSD, sem terem mais vantagens, têm mais responsabilidades, que lhes advêm da sua militância e do seu dever de serviço público!”

E, mais adiante, Moreira da Silva, sentiu-se na obrigação de afirmar, embora com tristeza, que «Infelizmente o Partido Socialista persiste em querer regressar ao passado, pretender que crescimento é igual a endividamento e que basta voltar a endividarmo-nos ao um nível e ao ritmo a que nos endividávamos no passado, para que de repente, como por milagre, a nossa tão fragilizada economia comece a crescer, como o pé de feijão da história infantil, que alcançava o céu.

O teste a este absurdo é fácil de fazer, pois basta entregarmo-nos a um simples exercício de memória: não foi nem pela dificuldade da obtenção de crédito nem pelo custo desse crédito, nem pela falta de endividamento, que Portugal cresceu. Portugal teve um crescimento medíocre na última década, de apenas 0,6%, numa altura em que a Europa crescia o triplo e apesar de termos vivido, nesse período, 10% acima das nossas possibilidades, ano após ano...»

Já quase a terminar a sua reflexão, Moreira da Silva diria ainda:

«É importante construir consensos, criar pontes, estabelecer uma visão que ultrapasse uma legislatura.

Mas para isso há dois requisitos indispensáveis:

Primeiro ter esse espírito. Infelizmente até este momento não foi possível verificar que o Partido Socialista estivesse disponível para esse espírito de compromisso

E em segundo lugar alternativas. Ninguém consegue consensualizar, convergir e dialogar, se de um lado existem propostas e do outro lado existe: a) na área do Estado, uma opção para não ir a jogo; e b), na área do crescimento, o desejo afirmado de regresso ao passado e ao “pântano”, uma invenção dos socialistas, mas que agora nem sequer seria um pântano, mas um banco de areias movediças, onde Portugal seria engolido...»

\*





# Governo “está determinadíssimo” em combater a exclusão social, garante Marco António Costa



O secretário de Estado da Segurança Social, Marco António Costa, afirmou dia 26, em Braga, que o Governo “está determinadíssimo” em combater a exclusão social, apontando como exemplos os programas de emergência social e alimentar.

“O Governo está determinadíssimo, todos os dias, em combater a exclusão social”, venceu Marco António Costa, quando confrontado com o relatório do Eurostat que conclui que um em cada quatro portugueses está em risco de pobreza e exclusão social.

“Independentemente dos dados que hoje foram conhecidos, para nós o que é determinante é fazer o trabalho que estamos a fazer”, acrescentou.

Marco António Costa apontou o caso do programa de emergência social criado pelo Governo e que “responde em várias frentes a necessidades extraordinárias” que os portugueses atravessam.

Destacou o aumento das pensões mínimas, pelo segundo ano consecutivo, beneficiando 1.132 milhões de portugueses que vivem com pensões abaixo dos 280 euros.

“Em dois anos, fizemos um aumento de 4,2 por cento das pensões mínimas”, referiu, lembrando que “noutras circunstâncias e noutros tempos, quando o país supostamente vivia um momento de fartura financeira, o Governo congelou essas mesmas pensões.

Marco António aludiu ainda ao programa de emergência alimentar, “que faz chegar a muitas pessoas um apoio discreto mas eficiente”.

O reforço de 25 milhões de euros das verbas para subsídios eventuais às famílias com dificuldades pontuais e as alterações na atribuição do abono de família foram outras medidas destacadas pelo secretário de Estado, que sublinhou ainda que, no âmbito do rendimento social de inserção, em 2012 mais de 500 mil pessoas tiveram formação profissional ou medidas activas de emprego.

Marco António Costa falava em Braga, à margem de uma conferência promovida pelo “Jornal de Notícias”, no âmbito das comemorações do seu 125.º aniversário.

## “A democracia sabe ouvir e nunca impede de falar”

Para Luís Montenegro, “um político que abdica das suas convicções, da essência do mandato que o povo lhe conferiu e deixa condicionar a sua decisão por uma minoria que ainda que legitimamente dele discorda, não assume a suprema missão de ser político, de decidir a coisa pública em nome do povo”. Na opinião do líder parlamentar do PSD, “Portugal precisa de políticas e de políticos livres, que não estejam capturados por nenhum interesse particular, mesmo daqueles que sendo uma minoria, gritam livremente pelas suas ideias que são no caso os seus interesses”. “No dia em que tivermos medo de decidir, de optar, de escolher as nossas ideias, ou no dia em que formos impedidos de o poder fazer livremente, nesse dia estaremos a mais. Estaremos a mais não por causa das nossas ideias. Estaremos a mais não porque a nossa legitimidade foi democraticamente retirada. Não. Estaremos a mais, todos, porque nesse dia não haverá democracia, haverá uma ditadura, seja ela de que estilo for. E os verdadeiros democratas, como com honra nos consideramos, devem ter vergonha e repulsa de defender ou potenciar atitudes ditatoriais, sejam elas quais forem”.

O deputado recordou às bancadas da esquerda que a liberdade é a base imprescindível da Democracia. E o sistema democrático, acrescentou, vive do respeito insubstituível pelos direitos e opiniões dos outros, elevando a diferença das visões de cada um ao patamar do debate pleno, aberto e tolerante.

“Se no PSD e nesta casa sabemos o que a democracia é, estamos, também, muito cientes daquilo que ela nunca pode ser: Não há democracia se tentarmos calar quem não concorda com o nosso pensamento. Não há democracia se fizermos do silenciamento do outro o fim prioritário do debate. Não há democracia se o debate livre e consciente for trocado pelos gritos intolerantes de quem só se quer ouvir-se a si próprio. Não há democracia sem respeito pela ordem e tranquilidade públicas. Não há democracia se os representantes legítimos do povo, por estes eleitos, directa ou indirectamente, forem impedidos de se expressarem no livre exercício do seu mandato. A democracia não existe no distúrbio e na turbulência permanentes nem subsiste na confusão incongruente de ajuntamentos mais ou menos induzidos por forças políticas extremistas. A Democracia integra, não exclui. A Democracia sabe ouvir e nunca impede de falar. E a Democracia se é verdade que é feita de pessoas, tem instituições que estão acima dos respectivos titulares. Não podemos por isso assistir indiferentes às contínuas tentativas de condicionamento ou silenciamento de responsáveis políticos, tenham eles a filiação partidária que tiverem. Condicionar a política e os políticos, é condicionar a própria democracia e as instituições democráticas”.

Der acordo com Luís Montenegro, os órgãos de soberania e os seus titulares estão directamente investidos de um mandato popular que ninguém tem o direito de obstruir em nome de uma alegada “voz da rua”. “A democracia pressupõe a contestação, a oposição, a contradição e a controvérsia de todas as opiniões – mas estas têm de estar contidas na plenitude dos princípios e regras que a democracia compôs para esse debate. Se assim não for, quaisquer expressões públicas de desagrado violento não passarão de atitudes antidemocráticas, despóticas e visceralmente intolerantes – não tenhamos medo das palavras porque a democracia nunca o teve em toda a sua história”.



## Associativismo juvenil e voluntariado são uma componente “muito importante da educação não formal”



Duarte Marques apresentou, dia 22, um projecto de resolução do PSD que recomenda ao Governo a valorização e reconhecimento das competências de educação não formal adquiridas pelos jovens através do associativismo juvenil e do voluntariado.

Para o deputado do PSD, o reconhecimento das competências adquiridas, através da educação não formal, é muito relevante, “sobretudo para valorizar o papel que as associações juvenis, de voluntariado, ONG e associações fazem no nosso dia”. “Acreditamos que a educação não formal é uma componente muito importante da nossa formação como pessoas e, sobretudo, uma ferramenta decisiva na nossa preparação como homens e mulheres. Hoje, em que o desemprego é uma grande pecha da nossa sociedade, é indiscutível que o tecido empresarial reconhece estas competências, a liderança, a capacidade de gestão de conflitos, a iniciativa, o planeamento, a organização de eventos, a capacidade de representação do próximo. Todo o trabalho que é feito a nível voluntário, em organizações como os escuteiros, defesa do ambiente ONG de apoio a pessoas com dificuldades, IPSS, dão uma preparação maior aos nossos jovens para estarem mais capacitados para desempenharem um papel mais activo como cidadãos”.

Reconhecendo a importância destas aprendizagens, Duarte Marques enalteceu que o se defende é a valorização destas competências, para que possam ter a devida credibilidade junto da sociedade e no mercado laboral.

Autárquicas 2013

# “Fernando Costa Já” em Loures

“Fernando Costa Já” é o slogan da candidatura de Fernando Costa à Câmara Municipal de Loures. Depois de 27 anos à frente da edilidade das Caldas da Rainha, o autarca abraçou o desafio de ser o candidato do PSD à autarquia do quinto maior concelho de Portugal, Loures. A apresentação formal da candidatura decorreu na sede da secção concelhia de Loures, em Santo António dos Cavaleiros, dia 18 de Fevereiro.

A sala revelou-se pequena para receber Fernando Costa que, no seu estilo assertivo e bem disposto, traçou as linhas mestras do programa eleitoral para o concelho.

No plenário de apresentação presidido pelo presidente da Mesa, por Manuel Marques Dias, muitos militantes intervieram, congratulando-se com a candidatura de Fernando Costa e alertando-o para os problemas do concelho. Na abertura da sessão, o recém-empossado presidente da Comissão Política da Secção Concelhia de Loures, Ricardo Andrade, fez uma análise política local, enquadrando o desafio das eleições autárquicas de Outubro.

## O concelho de Loures

O concelho de Loures, até aqui constituído por 18 freguesias, sendo duas delas social-democratas, a Portela e Lousa.

O PS obteve três maiorias seguidas e o anterior presidente de Câmara, Carlos Teixeira cumpriu os três mandatos pelo que não poderá voltar a candidatar-se.

A candidatura de Fernando Costa abre no coração dos lourenses a possibilidade de uma mudança por muitos ansiada e a expectativa de um resultado histórico no concelho de Loures.

## O programa eleitoral

Fernando Costa anunciou aos militantes as seguintes as linhas mestras do programa eleitoral.

### Cortar na despesa, baixar os impostos já

Para Fernando Costa, é urgente cortar a despesa supérflua para dar mais disponibilidade financeira às pessoas. Desta forma, alivia-se a carga imposta pela “troika” a todos os Lourenses. A gestão camarária tem de ser muito mais rigorosa, separando o essencial do acessório. Baixar o IML, rever o custo da água e baixar outros impostos e taxas municipais são prioridades de um executivo liderado por Fernando Costa.

### Pelas pessoas, melhorar a segurança já

Os níveis de criminalidade contra as pessoas no Concelho de Loures são elevados. É fundamental que a Câmara encare a segurança como uma das suas primeiras preocupações. E muito pode ser feito. É fundamental exercer pressão junto do Governo para um efectivo reforço das zonas mais sensíveis. Mais meios, são algumas das medidas essenciais neste campo. Fernando Costa quer fazer de Loures um concelho mais seguro.

### Ter ruas limpas e lixo tratado já

Loures paga e paga muito caro a recolha dos resíduos. É fundamental que a higiene urbana e o urbanismo andem de mãos dadas para a construção da qualidade de vida. As ruas todo concelho têm de estar mais limpas e isso só é possível com uma recolha de lixo mais eficaz. O concelho de Loures queima lixo de vários concelhos limítrofes, e é importante que seja devidamente compensado por isso.



### Criar empregos, atraindo empresas já

Fernando Costa defende a construção do progresso verdadeiramente sustentado. Baixar impostos ajuda a atrair e a fixar empresas no concelho. O tecido empresarial de Loures tem de crescer. São precisos mais empregos e mais empresas, num concelho que fica às portas de Lisboa, mas que negligencia esta proximidade geográfica.

### Apoiar as IPSS, o desporto e a cultura já

Todos sabemos o delicado momento que nosso País atravessa. Não é hora de as câmaras esperarem mas sim de agirem. O concelho de Loures precisa de iniciativa

imediate para fazer frente às carências dos milhares de habitantes do nosso Concelho. É fundamental o apoio às nossas IPSS, associações desportivas e culturais. O apoio social é absolutamente prioritário e com critério.

### Pelas pessoas, legalizar as AUGI já

Fernando Costa considera inexplicável que 50 mil habitantes do concelho residam em áreas urbanas de génese ilegal (AUGI). É urgente que o Governo e a autarquia criem condições que acabem com esta situação. As pessoas estão há tempo demais presas a uma teia de interesses e de ilegalidades que as prejudica no seu quotidiano. A acção tem de ser imediata e concertada com as Administrações Conjuntas. É fundamental transformar Loures.

# Respostas sociais para cidadãos com paralisia cerebral são fundamentais

De forma a dar seguimento a um conjunto de iniciativas no terreno que pretendem estabelecer o diálogo e o espírito de cooperação entre a coligação “Juntos Por Braga” e os agentes que actuam no âmbito social, Ricardo Rio visitou a Associação de Paralisia Cerebral de Braga (APCB), dia 21.

Esta visita permitiu ao candidato à presidência da Câmara Municipal de Braga perceber melhor o funcionamento desta IPSS e as condicionantes com que se deparam. “Foi uma iniciativa extremamente útil no sentido de conhecer o trabalho excepcional que esta instituição tem realizado e que tem ajudado várias famílias a ultrapassar as dificuldades inerentes a este problema”, afirmou Ricardo Rio.

José Luís Alves, presidente da Associação de Paralisia Cerebral de Braga desde 2004, acompanhou Ricardo Rio durante a visita. O responsável desta associação frisou que a APCB tudo faz para providenciar aos utentes e seus familiares o melhor atendimento possível. “Temos uma equipa extremamente esforçada e empenhada, que está sempre disposta a fazer sacrifícios para ajudar os nossos utentes. É sem dúvida com enorme orgulho que olho para a actividade que aqui desenvolvemos”, garantiu. A APCB atende cerca de 350 utentes por mês e conta com o apoio de 42 funcionários de diversas áreas de actividade.

Como explicou José Luís Alves, a construção de novas instalações para a IPSS, com a inclusão de um Lar para pessoas com paralisia cerebral, é o principal sonho de todos os membros da associação.

“O nosso principal objectivo é mesmo a introdução da valência de Lar, o que só será possível com a mudança para novas instalações. Uma das maiores preocupações dos pais que têm filhos com paralisia cerebral tem a ver com o destino destes depois de falecerem. Ouvimos inúmeras vezes os pais perguntar ‘se me acontecer alguma coisa, quem irá tomar conta do meu filho?’. Se, como todos desejamos, o sonho do Lar se tornar realidade, essa é uma preocupação que irá deixar de existir, pois os familiares saberão que connosco, os utentes estão bem entregues e terão direito a todos os cuidados de que necessitarem”, destacou.

As vantagens da construção de novas instalações não se ficam por aqui. “Neste momento, estamos a exercer a nossa actividade num local arrendado e que não dispõe das condições ideais. Queremos uma sede com mais espaço e melhores condições de mobilidade, o que tornará possível alargar o número de utentes que frequentam o centro de actividades ocupacionais”, declarou José Luís Alves.

Actualmente, a APCB solicitou o apoio da Segurança Social e está à procura de um terreno onde possa construir as novas instalações. Ricardo Rio assegurou que este é um projecto que tem de ser “acarinhado”, e garantiu mesmo que os “Juntos Por Braga” irão apoiar a solicitação de apoio junto das instâncias competentes. “A existência de um Lar especificamente destinado a servir este tipo de população é uma necessidade urgente não só do concelho mas mesmo a nível regional, já que são escassas as respostas sociais para este problema”.

## Maior sensibilização e apoio são “fundamentais”

Ricardo Rio realçou que, no que se refere às actividades actuais da instituição, a prática desportiva de apoio à terapia destes jovens é um elemento “extremamente importante”. “Se por um lado verificamos que existe uma parceria muito proveitosa com o regimento de cavalaria no domínio da hipoterapia, por outro lado foi-nos alertado para a lacuna ainda hoje existente em relação à hidroterapia”, alertou Rio, afirmando que esta é uma situação que merecia uma colaboração adicional



por parte da Câmara Municipal, já que se trata de uma prática extremamente benéfica e que exige condições especiais que só a autarquia consegue propiciar.

A finalizar a visita, José Luís deixou um apelo às entidades públicas locais e à sociedade civil: “A paralisia cerebral é uma patologia que causa enormes dificuldades

aos que dela padecem e às suas famílias. É fundamental que exista uma maior sensibilização para a importância do trabalho social que efectuamos, tanto por parte da comunidade que servimos como das instituições responsáveis a nível local. Este é um trabalho complicado e exigente, que merece mais carinho e apoio”.

# PSD aponta industrialização como caminho a seguir



O deputado e presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Pedro do Ó Ramos, defende que Portugal tem que deixar de ser um país voltado para os serviços e apostar cada vez mais na produção, pois só assim que conseguirá gerar riqueza.

O social-democrata sublinha que é necessário apostar na industrialização e na produção, promovendo o empreendedorismo e a inovação. Estas declarações foram feitas no âmbito das 2.ªs Jornadas do PSD dedicadas à “Consolidação, Crescimento e Coesão”, que se realizaram, dia 16, em Setúbal.

Pedro do Ó Ramos lembra que ao longo dos anos Portugal endividou-se e não cresceu. “Gastámos muito mais do que aquilo que podíamos, para além de não termos feitos os investimentos necessários. Agora estamos a pagar a factura que outros deixaram”, lembra.

O líder da distrital do PSD critica ainda o afastamento do PS de todo este processo de salvação do país, ao não querer discutir a reforma do Estado. Está a prestar um péssimo serviço a Portugal e aos portugueses”, afirma.

A cabeça-de-lista do PSD pelo distrito de Setúbal e secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, referiu-se à importância de se discutirem as reformas a concretizar e aquelas que estão em curso.

A governante alerta também que o Estado “está demasiado caro” para a riqueza que o país produz. “Ao longo de demasiados anos, Portugal viveu uma ilusão de prosperidade futura. Muitas das opções desconsideraram totalmente a sustentabilidade”.

Maria Luís Albuquerque recorda que em menos de 40 anos de regime democrático este é o terceiro pedido de resgate. “É uma situação que tem que ser analisada”.

No debate de soluções para o futuro do país, Manuel Pinto de Abreu acredita que o mar será determinante para o sucesso.

O secretário de Estado do Mar diz que Portugal “é hoje em dia um dos países mais reconhecidos ao nível do pensamento do que deve ser o mar”.

“Há um ano e meio diziam que a Política Comum de Pescas ia ser um desastre. Hoje podemos que reconhece o que é a dimensão do espaço marítimo de Portugal”.

Manuel Pinto de Abreu entende, ainda, que as expectativas são de que os fundos aumentem, sendo esta uma evidência das reformas que têm sido levadas a cabo com os agentes do sector, dando como exemplo a certificação da sardinha. “Somos dos poucos países, senão o único, que conseguiu, em dois anos consecutivos, aumentar as nossas quotas”, disse.

# PS recusa diminuição do número de deputados proposta pelo PSD/Açores



O presidente do PSD/Açores criticou a recusa do Partido Socialista em “reduzir o número de deputados da Assembleia Legislativa”, conforme propunham os sociais-democratas açorianos, através da criação de uma comissão eventual para a revisão da lei eleitoral, de forma a envolver todos os consensualmente.

“Ficou claro que o PS não está disponível para diminuir o número de deputados nos Açores”, declarou Duarte Freitas, frisando que a bancada socialista disse “não querer pagar promessas eleitorais do PSD/Açores, quando não era isso que estava em causa. E mesmo quando já nos mostramos disponível para resolver os problemas que o PS e o Governo Regional criaram aos açorianos”.

“Conforme a ponderação e o bom senso o exigem, o PSD/Açores pretendia discutir consensualmente uma alteração à lei eleitoral na Região, tendo como um dos objectivos centrais diminuir o número de deputados. O PS não o quer. Ficou tão claro quanto isto”, reforçou.

A proposta social-democrata, rejeitada dia 22, em plenário pela maioria socialista, apontava “uma efectiva diminuição do número de deputados, a garantia da diversidade partidária no plenário regional, melhorar o actual sistema eleitoral ao nível da proporcionalidade, bem como reforçar a realidade ilha, afinal o conceito fundador do regime autónómico”.

Tratar-se-ia de uma revisão “que iria garantir a pluralidade democrática e a proporcionalidade, num quadro de amplo e alargado consenso, sem preconceitos”, mas o PS “entendeu diminuí-la à questão do número de deputados, manifestando a sua indisponibilidade essencialmente para essa mudança”, conclui Duarte Freitas.

# PSD/Açores pede explicações sobre grave situação na LactoPico

O PSD/Açores pede explicações ao Governo Regional sobre a grave crise financeira que afecta a LactoPico e que tem levado ao atraso nos pagamentos devidos a produtores e trabalhadores.

Num requerimento entregue no Parlamento regional, os subscritores do requerimento, Duarte Freitas e Cláudio Lopes, solicitam informações sobre a estratégia do Governo Regional para ultrapassar esta situação, nomeadamente as medidas que serão desenvolvidas na sequência dos compromissos assumidos pelo Presidente do Governo durante a recente campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa.

O requerimento entregue destina-se a substituir um outro entregue há precisamente seis meses e que nunca mereceu qualquer resposta por parte do Governo Regional, tendo a situação da LactoPico vindo a agravar-se significativamente nestes últimos meses.

O grupo parlamentar do PSD/Açores, no requerimento enviado ao Parlamento, recorda que “a indústria de lacticínios do Pico representa uma base económica e social de elevada importância para cerca de uma centena de famílias, entre produtores e funcionários”.

Assim, refere-se, “pelas informações que vieram a público e também pelas preocupações que nos chegam de muitos produtores (agricultores que entregam leite nesta indústria) a LactoPico está a viver um mau momento, fruto da enorme dívida em que se afundou num passado recente”.

“Por se tratar de verbas muito elevadas, e por ser perceptível que esta indústria atravessa uma crise muito profunda, o que está a deixar os seus produtores e funcionários ‘à beira de um ataque de nervos’, é assim que assistimos com elevada preocupação à fragilidade desta Cooperativa e ao impacto negativo que esta situação está a causar em muitas famílias picoenses”.



Os subscritores do requerimento questionam, por isso, “quais os montantes anuais transferidos para a LactoPico entre os anos 2008 a 2012 (inclusive), e para que fins se destinaram”, e “se tem o Governo Regional conhecimento da real situação financeira desta unidade fabril, nomeadamente de uma dívida bancária que, supostamente, atinge quase os 2,5 milhões de euros”.



# Povo Livre

Director: José Silva Marques  
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Número 377 • 8 de Outubro de 1981 • Preço 15\$00

**Objectivo do Projecto de Revisão do Regimento da Assembleia da República**

# DAR MAIOR EFICÁCIA À ASSEMBLEIA E DIGNIFICAR O ESTADO DEMOCRÁTICO

Dignificar a Assembleia da República e, em consequência, prestigiar e consolidar o Estado Democrático são os objectivos que a Aliança Democrática pretende atingir com o seu projecto de alterações ao regimento do parlamento. É preciso dar operacionalidade e eficácia à Assembleia da República, acabar com o excesso de verbalismo e ajustar o regulamento de funcionamento parlamentar à actual situação político-partidária — por isso a AD se empenha no processo, há muito iniciado, da revisão do regimento.

Os partidos da Aliança Democrática sentiram a necessidade premente da urgente convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia da República para tratar da revisão do regimento. O objectivo imediato é criar condições para que a Assembleia funcione em termos mais eficazes, sem prejuízo do direito de crítica e da iniciativa legislativa ou política que todos os parceiros da Aliança querem assegurar à Oposição. Missão patriótica, autenticamente "de Estado", a anulação das aberrações regimentais e estatuição de um regime que dê maior operacionalidade ao parlamento têm um significado bem profundo: são pressupostos essen-

ciais da dignificação do órgão de soberania da representatividade mais plena — a Assembleia da República — e do prestígio do Estado Democrático. No fundo, é a consolidação do Estado que está em causa; é o que a Aliança Democrática pretende seja garantido.

O regimento em vigor, que com a situação político-partidária presente se tornou verdadeiro entrave à actividade útil do parlamento, facilita o excesso de verbalismo e oferece aos partidos da oposição demasiados meios para obstruírem as iniciativas legislativas necessárias ao desenvolvimento do País e que a Maioria tem previstas para submeter à apreciação e votação dos deputados. A sua desajustação é patente; basta recordar que foi aprovado para uma Assembleia com cinco partidos (o PS, PSD, CDS, PC e MDP) e que, actualmente, regula o funcionamento de uma Assembleia com nove partidos, dos quais seis são da oposição.

Como é óbvio, este desajustamento traduz na configuração de uma situação, inevitável nestas condições, em que os partidos da minoria, mau grado a sua representatividade inferior, acabam por ocupar mais tempo parlamentar do que a

Maioria. Segundo uma perspectiva racional de representação democrática, a situação configurada parece um absurdo e, porque não, também uma fraude à vontade dominante do eleitorado que, ao votar esmagadoramente na Maioria, certamente não tinha ambições de privilegiar os partidos da Oposição.

É pois, para repôr a correspondência justa entre a maioria da população portuguesa e o regime de funcionamento do seu mais representativo órgão de soberania que a AD se empenha na revisão do regimento da Assembleia da República.

Os partidos da AD (PSD, CDS e PPM) apresentaram já em Fevereiro passado um projecto de revisão do regimento do Parlamento. Apesar de garantidos os seus direitos de intervenção crítica e apresentação de iniciativas legislativas, a Oposição não permitiu que os trabalhos avançassem e, ao longo destes meses, impediu a concretização de um acordo que sociais democratas, democratas cristãos e populares monárquicos se dispunham a celebrar para assegurarem a eficácia parlamentar. Perdeu-se tempo em excesso só porque uma minoria não deseja ver as nor-



mas do regimento da Assembleia da República.

Entendeu-se, pois, no seio da AD, que não é mais possível atrasar essa tarefa. Vai entrar-se em nova sessão legislativa e, ou durante o seu curso ou até ao final da legislatura vigente, é absolutamente imperioso criar condições de eficácia

aos trabalhos parlamentares. Está em causa a apreciação de diplomas fundamentais para o reforço do Estado Democrático e o desenvolvimento do País e ninguém perdoaria à AD que não ajustasse um regime que, ilegitimamente, facilita à minoria a pura e simples obstrução de instrumentos essenciais ao Estado.

É que, efectivamente, os diplomas em perspectiva, já anunciados pelo Governo durante o debate do seu programa, trazem as respostas adequadas às necessidades mais prementes para a modernização da sociedade portuguesa. São os casos da revisão constitucional e da regionalização, entre muitos outros.



## LÍDERES SOCIAIS-DEMOCRATAS REUNIRAM-SE EM LISBOA

Os principais dirigentes sociais-democratas estiveram esta semana reunidos em Lisboa. O presidente do PSD, Francisco Pinto Balsemão, e os líderes sociais-democratas das Regiões Autónomas dos Açores, Mota Amaral, e da Madeira, João Jardim debateram questões importantes para a consolidação das autonomias e o desenvolvimento do País.

## PSD repudia atentado contra Sadat e condena violência política

(PÁG. 12)

**Combate aos incêndios é tarefa de todos**

— entrevista com ten. cor. José Pais (PÁG. 3)

### Eleições, Domingo em Loures



## CADA VEZ HÁ MAIS HABITANTES DE BAIROS DA LATA

(PÁG. 16)



## Como sair da crise?

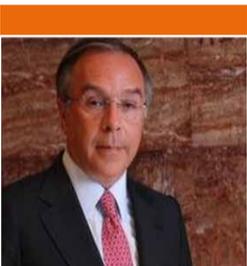
Jaime Quesado (\*)

Um grupo muito alargado de pessoas da sociedade civil tem vindo a fazer uma profunda reflexão à volta das respostas que num contexto de crescente globalização pode e deve haver para a crise. Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, está lançada a questão e pergunta-se se cabe de facto ao Estado o papel de intervenção activa no combate à crise ou se pelo contrário não caberá à Sociedade Civil a tarefa de reinvenção de um novo modelo de criação colectiva de valor centrado na participação e criatividade individual. Num mundo de incertezas, em última instância, será que há de facto respostas para as perguntas que cada vez mais preocupam os portugueses?

As recentes medidas anunciadas pelo executivo como resposta à crise vieram colocar o dedo na ferida. A gestão de expectativas é hoje fundamental e quando se começaram a agudizar os sinais de falta de controlo na gestão operacional das contas públicas criou-se o imperativo da necessidade da intervenção. O Estado assumiu a condução do processo, para evitar a contaminação do sistema e a geração de riscos sistémicos com consequências incontroláveis, mas as dúvidas mantiveram-se em muitos quanto à existência de soluções alternativas mais condicentes com o funcionamento das regras do mercado. Em muitas das situações a que estamos a assistir o que está em causa é a demonstração de que de facto neste mundo globalizado as elites detentoras da inteligência da gestão do capital perderam por completo o sentido da ética social própria de uma democracia aberta e justa.

Impõem-se novas respostas contra a crise. Está em cima da mesa, no contexto da consolidação do processo de integração europeia, a capacidade de o nosso país conseguir efectivamente apresentar um Modelo de Desenvolvimento Estratégico sustentado para o futuro. Da mesma forma que a maior democracia do mundo teve a coragem de reeleger Barack Obama e com isso assumir a inevitabilidade do seu processo de reinvenção estratégica, também em Portugal sinais inequívocos de mudança têm que ser dados. As perguntas que muitas pessoas continuam a lançar, a propósito da Intervenção do Estado num contexto de crise em tempo de globalização, correspondem sem dúvida a um sentimento colectivo de uma nova geração que cresceu e amadureceu numa sociedade aberta onde a força das ideias é central para o desenvolvimento da responsabilidade individual num quadro colectivo.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



## De pernas para o ar

Luis Marques Mendes (\*)

Nesta semana, presenciámos um contraste muito vincado entre o que é realmente importante e o que é meramente mediático. Ficámos a saber que a recessão vai ser o dobro do previsto, que o desemprego vai aumentar ainda mais, que o Orçamento de Estado tem de ser revisto, que o Governo quer mais um ano para reduzir o défice e que parece estar finalmente empenhado em definir uma política económica. Apesar da importância destes assuntos, o que mais deve ter ficado na mente dos portugueses foi o 'Grândola, Vila Morena' trauteado por meia dúzia de gatos-pingados, com o objectivo de perturbar sessões em que participavam governantes. Este contraste entre o que é realmente importante e o que é meramente mediático não valoriza a nossa democracia. Pelo contrário, empobrece-a. É um mau sinal dos tempos que vivemos.

Primeiro, vivemos um tempo de prioridades invertidas. É manifesto que os factos económicos e sociais divulgados na semana passada são bem mais importantes para os cidadãos que o pindérico protesto dos indignados. Apesar disso, a relevância mediática conferida a uns e a outros é manifestamente desproporcionada. Os media, e em particular as televisões, preferem o sensacionalismo do espectáculo à importância factual dos acontecimentos. Tudo isto pode ser mediaticamente explicado, mas não deixa de ser substancialmente deprimente. Segundo, vivemos no tempo da superficialidade. Se os políticos preferem a tática à estratégia, a forma ao conteúdo, o sound-byte à análise séria dos temas, não admira que os cidadãos e as televisões sigam as mesmas pisadas. Se de cima vem um mau exemplo, é natural que a contaminação faça o seu percurso. Finalmente, o défice de cidadania. Este é o País em que os cidadãos pedem seriedade na política, mas depois votam em políticos corruptos; esta é a sociedade que afirma querer ser adulta e responsável, mas depois acaba sempre a pedir mais direitos e nunca os correlativos deveres; esta é a nação que, apesar de uma longa história, teima em não aprender com os erros. Porque prefere a ilusão à verdade, esteve, nos últimos 30 anos, três vezes ao pé da bancarrota. Com este clima, não admira que o País viva de pernas para o ar. É pena, mas é verdade.

(\*) Ex-Presidente do PSD, Conselheiro de Estado



## Ao lado do essencial

João César das Neves (\*)

Quando Jesus nasceu foi dito d'Ele: "Assim não-de revelar-se os pensamentos de muitos corações" (Lc 2, 35). Parece que essa propriedade se mantém no Seu Vigário, pois muito do que se tem dito nestes dias acerca de Bento XVI manifesta mais a atitude pessoal de quem fala do que o problema que julga analisar.

A Igreja é a instituição mais comentada fora dela. Por todo o lado se proclamam opiniões taxativas sem lhe pertencer, ou sequer simpatizar. O Cristianismo é, sem dúvida, o tema com mais treinadores de bancada. Pelo seu lado o Papado, que é o seu elemento mais criticado, exerce a espantosa atracção que se vê. Não conseguem gostar dele, nem deixar de falar disso. O fenómeno merece análise.

É verdade que a Igreja Católica constitui uma realidade única no mundo. Existindo há 2000 anos, hoje com 1200 milhões de fiéis, é facilmente a maior e mais influente instituição da história. Bento XVI, o 265.º Papa, é também caso único. A mais antiga monarquia, a do Japão iniciada em 660 a. C., tem actualmente "apenas" o seu 125.º imperador, enquanto o Dalai Lama, que pode ser considerado o líder mundial mais parecido, é só o 14.º desde 1357. Em termos meramente estéticos e intelectuais é fascinante.

No entanto, essas análises incluem um elemento inesperado pois, em geral, os comentadores, sendo alheios, não fazem o menor esforço para entrar dentro da lógica daquilo que consideram. Mas não tomam isso como um obstáculo à qualidade do seu juízo. É evidente que quem emite opiniões sobre ciência, música, jardinagem ou alpinismo faz um esforço para entender essas entidades, mesmo que se mantenha exterior ao próprio. Ninguém escreve sobre indígenas do Pacífico, cinema japonês ou cultura punk sem procurar dominar o respectivo ponto de vista. No caso da Igreja isso não sucede, o que leva a generalidade dos críticos a pronunciar candidamente os dislates mais flagrantes, sem perceber que está totalmente ao lado da questão. O motivo desta situação é um fenómeno curioso.

Como se pode comprovar numa mera consulta dos jornais nos últimos dias, a grande maioria dos textos que se debruçaram sobre a decisão de resignação de Bento XVI nem

sequer menciona aquele que foi, de longe, o factor mais decisivo no fenómeno que consideram: Deus. Concorde-se ou não, goste-se ou não da sua convicção, é evidente que Bento XVI tomou a sua decisão diante de Deus. Do mesmo modo, toda a Igreja recebeu a notícia como vinda de Deus, e espera do Senhor a continuação desta história. Ignorar isto é como discutir música sem som ou alpinismo sem montanhas.

Olhar para os recentes acontecimentos desta forma, ou seja a partir de dentro, muda completamente as conclusões. Bento XVI não renunciou por causa da Cúria, que é igual há séculos, ou devido a escândalos e ataques, iguais aos que acompanharam cada momento do pontificado. Nem sequer foi por motivos de saúde, apesar de o próprio os ter invocado. O seu gesto só aconteceu porque ele está plenamente convencido ser essa a vontade de Deus. Ele acha mesmo que é isso que aquele Senhor que segue atenta e minuciosamente em cada passo da vida há muito anos, e a quem entregou cada gota da sua existência, quer que ele faça.

Ver assim as coisas também muda totalmente as conversas que estes dias se multiplicam sobre o próximo Papa. Aqueles para quem essa eleição terá consequências, porque seguirão realmente na sua vida o novo "Cristo na terra", como lhe chamava S. Catarina de Sena, vêem as coisas de outra forma. Eles estão pouco preocupados se ele será europeu ou africano, jovem ou idoso, alegre ou reservado. Essas são as questões das escolhas na ONU ou Comité Olímpico, mas o Conclave nada tem a ver com isso.

Para os eleitores o propósito é, como diz a Constituição Apostólica que regula o processo, ter "em vista unicamente a glória de Deus e o bem da Igreja" (Universi Dominici Gregis, 83). Quanto ao resto dos católicos, eles estão menos preocupados em saber quem querem que o novo Papa seja do que em saber o que o novo Papa vai querer que eles sejam.

(\*) Docente universitário

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



### BONFIM / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia do Núcleo do Bonfim para reunir no próximo dia 12 de Março de 2013 (terça-feira) no pelas 21h30, no salão Nobre da Junta de Freguesia do Bonfim com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleições autárquicas.
- 2 - Análise da situação política.
- 3 - Outros assuntos de interesse.

### CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo de Paiva, para reunir no próximo dia 22 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Praça da Independência, Sobrado, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovação do relatório de contas de 2012
- 2 - Apresentação, discussão e aprovação do plano de actividades e orçamento de 2013
- 3 - Análise da situação política e partidária.

### GRÂNDOLA ALTERAÇÃO DE DATA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 01 de Março de 2013, (sexta-feira) pelas 20h30, no Salão da Casa do Povo de Melides, sito na Estrada Nacional 261, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Autárquicas 2013
- 2 - Outros assuntos de eventual interesse

### SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Gago Coutinho, nº 12 r/c, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política local
- 3 - Processo eleitoral autárquico  
Comissão Eleitoral Autárquica
- 4 - Aprovação das contas de 2012 e orçamento de 2013
- 5 - Outros assuntos

### TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2013 (sábado), pelas 21h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Leitura discussão e votação da acta de Assembleia anterior
- 2 - Informações consideradas relevantes
- 3 - Eleições autárquicas 2013

### VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 08 de Março de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua Vasco da Gama, nº 6, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013 - dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais, nos termos da alínea f), nº 2 do artº 53 dos Estatutos do PSD - Apreciação e deliberação da Comissão Política de Secção sobre a indicação do candidato à Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha
- 2 - Análise da situação política e partidária.
- 3 - Outros assuntos

### VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2013, (sábado) pelas 18h00, na sede, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00



### ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Espinho, para reunir no dia 5 de Abril de 2013, pelas 21 horas, na Sede do PSD, sita na Rua 22, n.º 339, em Espinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa de Plenário Concelhio;
- 2 - Eleição da Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00m às 23 horas.

### ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2013, pelas 14h00, na Sede do PSD, sito no Centro Comercial Norte Vez (Cave), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da actual situação política;
- 3 - Análise do mandato 2012/2013;
- 4 - Outros assuntos.

### TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir extraordinariamente no dia 9 de Março de 2013, pelas 15 horas, na Sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, n.º 57 -A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política;
- 3 - Outros Assuntos.

### ELEIÇÕES DO NESD DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Ao abrigo do artigo 5.º do Regulamento dos Estudantes Social Democratas, convocam-se Eleições para os Órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Aveiro, no próximo dia 3 de Abril de 2013, entre as 19h00 e as 21 horas, na Sede do PSD Distrital de Aveiro, sita na Rua D. Manuel B. de Vasconcelos, n.º 28, em Aveiro.

Ponto Único: Eleições para os Órgãos do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade de Aveiro.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado à Comissão Eleitoral Independente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD.

## CONVITE

Apresentação da Candidata **Mercês Borges**  
à Câmara Municipal do Montijo

2 de Março - 16 horas

Galeria Municipal do Montijo  
Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12.

mercesborges.montijo2013@gmail.com

mercesborges2013

JUNTOS  
PELO  
MONTIJO

